



***Britannia capta: interações,
conflitos e resistências no
Agrícola de Tácito***

***Britannia capta: interactions,
conflicts and resistance in the
Agricola of Tacitus***

**Cesar Luiz Jerce da Costa Junior¹
Universidade Federal do Paraná**

Resumo: O presente trabalho tem por meta realizar uma investigação acerca das relações político-militares estabelecidas entre romanos e bretões no primeiro século da Era Cristã tomando como objeto de estudo o texto *Agrícola*, de Cornélio Tácito. Em um primeiro momento, serão retomados alguns aspectos historiográficos relevantes no estudo do tema proposto, principalmente o conceito de *romanização*, as críticas feitas a ele recentemente pelos estudiosos do campo e novas possibilidades de seu emprego (*interação* ou *hibridização* cultural). Em seguida, analisaremos o texto de Tácito, destacando movimentos políticos, estratégias e relações de poder que se constituíram entre os romanos e as realidades locais após a invasão do imperador Cláudio ao território bretão, no ano de 43 d.C.. Por fim, destacamos a necessidade de se reavaliar a leitura dos textos antigos em questão a partir de uma perspectiva mais aberta à diversidade de interações políticas e

¹ Graduado em História pela Universidade Regional Integrada – URI Campus Erechim (2009) e mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR (NEMED) e Bolsista CAPES.

culturais, em contraposição à noção de aculturação unilateral.

Palavras-chave: Tácito. *Agrícola*.

Interações. Romanos. Bretões.

Abstract: This work aims to investigate the political and military relations between romans and britons in the first century of the Christian Era in the work *Agricola*, by Cornelius Tacitus. At first, our work resumes some relevant historiographical aspects in the study of the subject, especially the concept of Romanization by the scholars and new possibilities of understanding it as cultural interaction. After that, we analyze the text of Tacitus, showing the various forms of political movements, military strategies and relations of power established between the Romans and the local kings after the invasion of the emperor Claudius to the briton territory in the year 43 A.D. Finally, we highlight the need to re-evaluate the reading of ancient texts in a perspective of diversity of political and cultural interactions, opposed to the notion of unilateral acculturation.

Key-words: Tacitus. *Agricola*. Interactions. Romans. Britons.

Introdução

No decorrer de cinco séculos, Roma, cidade itálica de humildes origens, conquistou um vasto território que abrangeu, por longo tempo, todo o Mediterrâneo e seus povos limítrofes. Das terras da Itália a cidade fundada por Rômulo e Remo expandiu suas fronteiras ocidentais para a África, *Hispania* e Gália. Ao oriente, para a Grécia, Macedônia e Síria. As dimensões globais do mundo romano foram, pois, ditadas cuidadosamente pela guerra e também pelo uso da diplomacia. Tal trajetória de sucesso

não deve, porém, nos enganar: Roma conheceu triunfos e fracassos em suas empreitadas militares e o mundo romano que conhecemos foi sendo moldado pelas experiências acumuladas em tais resultados. As lutas e conflitos abundantemente narradas pelos autores antigos são apenas um aspecto de um longo processo de expansão. Assim, Roma criou um império global constituindo uma complexa teia de relações com seus vizinhos, englobando aspectos sociais, comerciais, religiosos e políticos.

O período republicano da história de Roma (509-27 a.C.), surgido de uma revolução aristocrática contra a monarquia de Tarquínio Soberbo e que instituiu a primazia do Senado, é o momento de maior expressão dessa fase expansionista romana. Por meio da liderança política dos cônsules, exércitos romanos enfrentaram numerosos inimigos, tanto externos quanto, posteriormente, internos. O crescimento do exército e a influência cada vez mais presente de grandes generais no âmbito da política estão nas origens da crise que pôs fim ao próprio sistema republicano. Nessa época de turbulência política, o expansionismo romano foi, em grande medida, fomentado e revigorado por generais sedentos por prestígio político que somente vitórias militares eram capazes de satisfazer.

O ocaso da República foi acompanhado de uma nova mudança nos rumos políticos da Urbe: Augusto, o sucessor de Júlio César, instituiu o Principado (27 a.C.) e, com ele, um processo de centralização autocrática do poder. O *imperator* era, a rigor, o comandante em chefe de numerosas legiões, estacionadas em fronteiras ainda pouco pacificadas. O exército romano, originalmente formado em grande parte por agricultores mobilizados em tempos de guerra, foi substituído, a partir das reformas do general Mário (107 a.C.), em uma força profissional permanente. Assim, recebendo como herança da República um exército remodelado e uma vasta extensão territorial, o Império de Augusto nasceu como potência de indisputada hegemonia no Mediterrâneo. Os inimigos de Roma concentraram-se cada vez mais em fronteiras delimitadas, a exemplo da Germânia e da Pérsia.

Seguindo esses passos, somos levados ao caso específico da *Britannia*. As ilhas que hoje formam o Reino Unido foram integradas, não em totalidade, aos territórios romanos durante o primeiro século da Era Cristã. Ali, em cerca de cinquenta anos, Roma foi capaz de submeter pelas armas as tribos locais e estabelecer uma província que permaneceria romana por mais de trezentos anos. Nossa proposta neste espaço é analisar os

conflitos, as estratégias militares empregadas e as políticas que pautaram a interação entre romanos e os reis bretões a partir do Principado de Cláudio (43 d.C.), fase inicial da integração do território bretão ao Império Romano, passando pelo início da dinastia Flávia até o reinado de Domiciano (84 d.C.). Ao mesmo tempo, serão analisados alguns dos meios e procedimentos instituídos por Roma para efetivar sua presença nessa distante província nortenha, tais quais as formas de adesão e resistência das realezas e aristocracias locais ao poder político e militar dos romanos. Nossa investigação tomará por pressuposto o conceito de romanização, não em sua forma clássica de *aculturação*, mas como meio de *interação* e *hibridização* cultural, questão que abordaremos na primeira parte.

Logo depois, tomamos como fonte maior de estudo o *Vita Agricolae*, de Cornélio Tácito, opúsculo redigido entre os anos de 97 e 98 d.C. com o objetivo de resgatar a memória de seu sogro, o general Júlio Agrícola, que exerceu o governo da ilha entre os anos de 77 e 84 d.C.. Embora a finalidade de tal obra ainda seja objeto de debate, seu caráter é marcadamente pessoal e biográfico – relembrar os feitos de Agrícola em solo bretão, em uma *laudatio* pública às virtudes de seu ilustre familiar. Dessa maneira, seguiremos o olhar do

historiador romano em sua narrativa acerca de como entendia o papel de seu sogro na política romana para a *Britannia*, assim como sua compreensão dos assuntos daquela região durante o processo de conquista das tribos bretãs. Para complementar as referências de nosso estudo, serão utilizadas também fontes auxiliares, no caso os *Annales*, do mesmo autor, e as *Historiae*, de Dio Cássio. Feitas estas considerações iniciais, passemos, pois, às questões teóricas e historiográficas pertinentes ao tema.

Império e romanização

Os estudos sobre o mundo romano e suas relações com os demais povos do Mediterrâneo são objetos de discussão desde o fim do século XIX, quando do estabelecimento da moderna historiografia e da análise metodológica das fontes romanas que sobreviveram ao tempo. Assim, uma miríade de textos foi catalogada e classificada pelos eruditos da história e da filologia, sendo que, ao mesmo tempo, novos modelos teóricos eram elaborados na tentativa de se interpretar apropriadamente tais documentos. Dentre as conceituações mais caras à historiografia romana, cabe destaque à noção de *romanização* e seus possíveis desdobramentos.

Richard Hingley, arqueólogo e historiador britânico associado a uma corrente de pensamento chamada de Pós-colonialista, afirma que tal conceito foi formulado pelos acadêmicos para tentar explicar os processos de mudança social e cultural que ocorreram no Mediterrâneo sob domínio romano, primeiramente na Itália e depois nas demais províncias do Império (HINGLEY, 2005). Em linhas gerais, tal noção implicava, inicialmente, em uma imposição cultural unilateral, por parte dos romanos, de seu modo de vida aos povos submetidos, desconsiderando as realidades locais e as complexas formas de interação entre os habitantes nativos e os romanos recém-chegados.

O autor inglês ainda observa que desde o medievo Roma é vista como símbolo de poder, união e paz. No século XIX e início do XX, O Império Romano ganha destaque como entidade política que garantiu o progresso técnico do mundo antigo, trazendo consigo desenvolvimento aos povos locais, muitos em condição “primitiva”². O Império dos romanos também não deixa de ser utilizado como meio de legitimação política, sendo assim associado ao projeto

imperial britânico, principalmente naquilo que supostamente consistiria em uma missão moral para ambos os casos – levar às mais distantes regiões do mundo a civilização, de um lado a clássica, de outro, o que havia de mais desenvolvido na europeia (HINGLEY, 2010). Assim, no caso da *Britannia*³ e de muitas outras províncias romanas, a chegada dos romanos representaria um esforço em direção ao progresso e ao desenvolvimento, em um processo de integração homogêneo ao mundo romano. A partir de tal ponto de vista, Garraffoni (2012) aponta que os trabalhos do arqueólogo Francis Haverfield, que durante a década de 1920 estudou os assentamentos romanos na Inglaterra, foram determinantes na consolidação de uma noção de romanização atrelada a uma ideia de progresso material.

Muitos historiadores, porém, utilizam o conceito de romanização com diferentes propósitos, não necessariamente em acordo com uma perspectiva tradicional de “aculturação” ou imposição cultural. Dentre os especialistas que questionam tal posição, encontramos, inicialmente, Martin Millett. Em seu clássico *The Romanization of Britain*, Millett reconhece a importância de examinar o

² Em especial, aos habitantes da Europa Ocidental, que englobariam a *Gália*, *Hispania*, *Britannia* e *Germania*. No oriente, no período após as conquistas de Alexandre, costuma-se falar comumente em *helenização*.

³ E é justamente a *Britannia* romana o foco dos estudos de Hingley, cujos trabalhos no campo da arqueologia vêm ganhando destaque entre os especialistas de todo o mundo.

problema na perspectiva de uma interação entre duas culturas, embora não deixe de utilizar o termo *aculturação* (MILLETT, 1990). Do mesmo modo, Renan Frighetto aponta que os graus de romanização poderiam ser variáveis conforme as diferentes províncias do Império, indicando assim que a cultura romana não chegou da mesma forma em todos os lugares, não sendo, pois, um processo homogêneo. Por fim, no mesmo caminho de Millett, Frighetto também afirma que os contatos e influências entre Roma e aqueles sob sua tutela podem ser vistos pela perspectiva da *interação cultural* (FRIGHETTO, 2012), o que, sem dúvida, abre novas possibilidades de leitura. As mais distintas regiões que compunham o Império mantinham relações muito próprias com o centro de poder, no caso, com Roma. A *Britannia* guarda, portanto, suas particularidades como província, mas integrada, igualmente, ao conjunto do Império.

Tal perspectiva de uma “diversidade na unidade” aparenta ser muito promissora quando utilizada também na análise dos textos escritos, pois, no caso do *Agrícola*, Tácito não deixa de apontar diferentes tipos de reações da aristocracia bretã diante dos sucessivos governos romanos na região, como será visto com detalhes mais adiante. Nesse conjunto complexo de relações, para muito além da

simples atividade militar, há espaço para conflitos e alianças de poder entre grupos aristocráticos locais, tanto entre si quanto em relação aos romanos. Assim, tomamos como ponto de partida neste trabalho a necessidade de repensarmos o conceito de romanização, tornando-o mais aberto aos processos de interação entre as culturas bretã e romana, inclusive em âmbitos políticos e militares. A chegada dos romanos a um novo território não necessariamente significou o fim do modo de vida local, ou na eliminação das aristocracias dirigentes nativas, mas, a princípio, tornou possíveis novas formas de sociabilidade não necessariamente excludentes. Ao pensar um modo mais aberto de relações entre os povos do oriente e a difusão do helenismo, a partir do século IV a.C., Guarinello (2013) destaca um importante fator que pode muito bem ser utilizado para a relação entre Roma e suas províncias, no caso, a noção de uma “hibridização” cultural, a criação de uma nova cultura a partir de trocas culturais mútuas. No caso de pensarmos tal ponto de vista no âmbito das relações político-militares, as aristocracias locais orbitaram entre a guerra e a paz, a resistência e a cooperação conforme seus interesses políticos ou familiares. Os romanos, por sua vez, dependiam destes grupos no tocante às estratégias de consolidação do novo território.

Também é de suma importância ressaltar que a *Britannia* e o mundo romano estavam em amplo contato muito antes da conquista do imperador Cláudio (43 d.C.). Fergus Millar observa que muitos reis bretões mantinham abertas relações com Roma (destacamos o caso particular do rei Bérica, mais adiante, que fugiu para a corte de Cláudio após ser derrotado por um rival), emitiam moedas que imitavam a cunhagem romana, apresentando o título latino de *rex* e, por fim, praticavam intenso comércio com o continente, importando bens de origem itálica e gaulesa (MILLAR, 1973). Assim, a conquista efetiva da ilha representa apenas mais uma etapa em um conjunto de relações muito amplo e, também, muito mais antigo⁴. O estudo dessas relações é enriquecido, pois, com novas perspectivas antes desconsideradas sob o ponto de vista tradicional da aculturação. Passemos, pois, ao texto de Tácito para verificarmos o que ele pode nos dizer a respeito desses contatos e influências recíprocas.

A presença romana na BRITANNIA sob a ótica de Tácito

As informações em texto escrito que dispomos acerca dos povos que formavam as ilhas britânicas na

⁴ O mesmo pode ser dito em relação à *Gallia* antes das conquistas de César.

Antiguidade são, em sua quase totalidade, oriunda de autores gregos e romanos. Autores como Estrabão, Lívio e Cláudio Ptolomeu são, nesse sentido, fontes inestimáveis para conhecermos as relações entre romanos e bretões e, também, dos bretões e seus vizinhos, especialmente os gauleses do continente, com quem mantinham um amplo contato, também atestada por Tácito no *Agrícola*. Na descrição geral acerca dos povos que compunham a *Britannia*, também é de especial relevância o *De bello gallico*, de Júlio César. O general romano foi o primeiro a realizar campanhas militares em solo bretão, forçando-os a deixarem de prestar socorro aos gauleses que, naquele momento, se esforçavam para combater César em suas próprias terras (Caes. *BGall.* IV. 20)⁵. Muitos dos costumes, hábitos e formas de lutar dos bretões são descritas por ele entre as narrativas de um combate e outro. Embora vitorioso em suas breves expedições à ilha, César apenas conseguiu a submissão nominal de algumas tribos mais belicosas, não realizando, porém, nenhum esforço maior de integrar a ilha aos territórios da República, como vinha sendo intensamente realizado na *Gallia*.

No *Agrícola*, Tácito também faz inúmeras referências a essa estreita relação entre a *Britannia* e as tribos

⁵ As duas campanhas de César na Britânia ocorreram nos anos de 55 e 54 a.C..

celtas e germânicas do continente, em uma extensa digressão geográfica e histórica. Embora o autor romano seja incapaz de afirmar quem foram os primeiros habitantes da ilha, se eram ou não nativos ou imigrados, ele observa algumas semelhanças em certos aspectos (físicos ou traços culturais) que, supostamente, associariam os bretões aos germanos (os cabelos loiros e a corpulência dos Caledônios), aos Iberos (a fisionomia dos Sílures) (Tac. Agr. 11. 2-3). O autor romano destaca ainda as semelhanças de bretões e gauleses nas crenças religiosas, como a prática do druidismo, e os modos de combater os inimigos que se avizinhavam (Tac. Agr. 11. 3). Tácito também ressalta as distinções sociais existentes entre os habitantes da ilha ao mencionar, a exemplo de César, o gosto particular da nobreza por combater em carros de guerra (TÁC. Agr. 12. 2). Não há, igualmente, descuido em ressaltar os recursos naturais de alto valor que poderiam ser encontrados em terras bretãs, a exemplo do ouro, prata e pérolas (Tac. Agr. 12. 5-6). Assim, o *Vita Agricola* ganha dimensões múltiplas, de texto biográfico e militar a tratado geográfico, de costumes e até de climatologia⁶.

Quanto ao fato de a ilha não ter sido conquistada imediatamente após

as expedições de César ou ao fim das Guerras Civis, Tácito nos informa que a política de Roma em relação à Bretanha foi de indiferença. Os imperadores Augusto (27 a.C.) e Tibério (14 d.C.) nada fizeram no sentido de expandir as fronteiras romanas para além do Canal da Mancha (Tac. Agr. 13. 2)⁷. Calígula (37 d.C.), por sua vez, elaborou planos de invasão, mas tal intento não se concretizou. Foi Cláudio, dois anos após o início de seu reinado (43 d.C.), o responsável pela fase inicial da conquista da *Britannia*, em uma bem sucedida campanha contra numerosos chefes e reis bretões que, por fim, foram capturados (dentre eles, destaca-se a figura de Carataco, rei dos Catuvelaunos). Segundo a ótica de Tácito, o resultado prático desse projeto expansionista foi a submissão de numerosas tribos ao domínio romano e o estabelecimento definitivo de uma nova *provincia* em solo bretão (Tac. Agr. 13. 3).

No estudo das interações políticas romano-bretãs, as causas da invasão de Cláudio merecem uma atenção especial, pois mostram as complexas redes de contato que Roma mantinha com tribos para além de suas fronteiras, questão que deixa clara a ineficiência da noção de romanização

⁶ Ao relatar a posição geográfica da ilha em relação à *Hispania* e *Gallia*, além de especular sobre a importância do clima na constituição física de seus habitantes.

⁷ A respeito dos planos de Augusto em relação à Britânia, as afirmações de Tácito contrariam as de Dio Cássio. Cf. Dio Cass. LIII. 25.

enquanto aculturação. A partir dos escritos de Dio Cássio, podemos perceber que, alguns anos antes da invasão, a *Britannia* vinha sendo agitada por conflitos internos que levaram à ascensão do rei Carataco, líder dos Catuvelaunos e o responsável por instituir uma monarquia fortemente expansionista, federando-se com algumas tribos e conquistando outras, dentre elas os Atrebates⁸. Cássio nos informa que Bérica, rei atrebate derrotado, buscou exílio em Roma e instigou Cláudio a realizar uma expedição à *Britannia* (Dio Cass. LX. 19). Embora Dio Cássio não aprofunde em detalhes a natureza dessa relação entre os romanos e os Atrebates, é possível inferir que a intervenção de Roma na região ganhou um contorno específico, o de proteger um possível aliado⁹ contra as ações de um inimigo hostil, no caso, Carataco. Em relação aos fatores internos da conquista, o historiador norte-americano Martin Goodman acredita que a invasão de Cláudio também foi motivada para fins propagandísticos (GOODMAN, 1997), o que é compreensível a um príncipe em início de reinado, buscando

⁸ Tribo também mencionada por César no *De Bello Gallico*, a partir da figura do rei Comio, aliado dos romanos em inúmeras ocasiões. Cf. *BGall*, IV. 21.

⁹ É difícil saber com precisão qual era a relação que Bérica mantinha com Roma. Ao ser acolhido na corte de Cláudio, é plausível pensar na existência de um acordo ou aliança (*foedus*) entre ambas as partes.

construir reputação entre o corpo de legionários que, em última instância, era o pilar do poder imperial romano¹⁰.

A expedição do ano de 43 d.C. foi conduzida, inicialmente, pelo senador Áulo Pláucio, que desembarcou na ilha com quatro legiões¹¹ e, após um breve período, pelo imperador Cláudio em pessoa¹². Vale ressaltar também que a chegada dos romanos à região incentivou algumas tribos, antes subjugadas por Carataco, a apoiar os romanos, como no caso dos Bodunos (Dio Cass. LX. 20.). Após duas acirradas batalhas contra os bretões¹³, os romanos conquistaram Camuloduno, a capital dos Catuvelaunos. Carataco, derrotado, recuou para o interior para reorganizar a resistência que a partir dali seria constituída contra a presença romana na ilha. Merece destaque, igualmente, os acordos de aliança dos romanos com outras tribos, a exemplo dos Icenos, que até então não haviam

¹⁰ Ao retornar da Britânia, Cláudio recebeu do Senado a *ornamenta triumphalia*, concedida aos generais vitoriosos em batalha, além de ordenar a construção de um arco do triunfo, hoje desaparecido. Cf. Dio Cass. LX. 22 e Suet. *Claud.* 17.

¹¹ As legiões são as seguintes: *Legio II Augusta*, *Legio IX Hispana* (mais tarde sob comando de Petílio Cerial), *Legio XIV Gemina* e *Legio XX Valeria Victrix* (posteriormente sob comando de Agrícola). O exército romano também era composto de tropas auxiliares germânicas e cavalaria.

¹² Levando consigo elefantes de guerra, animal nunca visto pelos bretões e usado, talvez, para impressioná-los.

¹³ Em Medway e no rio Tâmsa.

demonstrado interesse em combater os exércitos romanos. Para se estabelecer definitivamente no território, Roma também fundou colônias para soldados veteranos, notadamente em Camuloduno (*Colchester*)¹⁴, que gradualmente se transformou em importante municipalidade no sudeste da ilha. Ao estabelecerem locais de fixação, os romanos dão início ao fenômeno da romanização de que tratamos na primeira parte do trabalho, pois tais *civitates* transformam-se em centros de interação entre os recém-chegados e os grupos nativos. Contudo, a presença de tais municipalidades não foi bem aceita por todos os bretões, como veremos a seguir.

Os romanos, em sua estratégia de consolidação, também contavam com uma sólida aliança com Cartimandua, rainha dos Brigantes, tribo que habitava o centro-norte da *Britannia*. Graças a ela, os romanos conseguiram, por fim, capturar Carataco (47 d.C.) e conduzi-lo à Roma como prisioneiro. Tácito relata, nos *Annales*, que a fama do rei bretão já havia de tal forma se disseminado que até mesmo na Itália todos desejavam conhecer o homem que tanto se impôs contra as armas romanas (Tac. *Ann.* XII. 36). Cláudio, em um ato de

clemência¹⁵, poupou a vida de Carataco, após este pronunciar memorável discurso no Senado. O caso de Cartimandua é exemplar, pois, de certa maneira, tornou claro o dilema com que se defrontava a nobreza bretã a partir daquele momento – aceitar o domínio romano e cooperar com o invasor, ou insistir na resistência, como havia feito Carataco, porém correndo grandes riscos de perder vidas e bens. O exemplo da rainha dos Brigantes também revela duas questões importantes: primeiro, o fato de os bretões não verem a si mesmos como uma nação única (*natio*) ou povo unificado, sendo que as rivalidades intertribais poderiam assumir caráter tão hostil quanto aquele demonstrado contra os romanos. Não existia, pois, nenhum senso de nacionalidade no sentido moderno do termo (WEBSTER, 1981). Tácito em nenhum momento deixa de enfatizar justamente as discórdias internas bretãs, a falta de liderança centralizada e a incapacidade dos partidos locais em lutar contra um inimigo comum, algo que, no ponto de vista do autor romano, foi decisivo para sua subjugação (Tac. *Agr.* 14).

Em segundo lugar, Tácito ressalta, no processo de *provincianização* gradual do sudeste da ilha, a lealdade de um rei chamado

¹⁴ Ou seja, local onde já havia um próspero assentamento pré-romano.

¹⁵ O mesmo procedimento aplicado por César na Gália, ao conceder sua *clementia* pessoal aos líderes gauleses derrotados em batalha.

Cogidumno, de identidade obscura, que manteve fielmente sua aliança com Roma e, em troca, recebeu o governo de algumas *civitates* como prêmio. Tal medida indica que, na perspectiva de Tácito, aqueles que cooperavam poderiam receber recompensas promissoras. Cogidumno segue, assim, os mesmos passos de Cartimandua. Tácito também afirma que tal procedimento seguiu um antigo costume, muito utilizado pelos romanos (*consuetudine Populi Romani*), em empregar reis como *instrumento de escravidão (servitudo)* (Tac. Agr. 14). Nesse sentido, antes de impor controle administrativo direto, é perceptível a política romana de estabelecer reis clientes, a exemplo do que já ocorria em outras regiões¹⁶, a quem poderiam oferecer benefícios em troca de cooperação. Para Webster (1993) a existência de reis clientes era de todo valiosa para os romanos, já que, por controle indireto, poderiam manter suas fronteiras relativamente seguras com pouco esforço ou custo, além de integrar os chefes locais na extensa rede de *clientela* do príncipe romano.

O segundo governador romano na *Britannia*, Ostório Escápula¹⁷ (47 d.C.), precisou lidar com a insatisfação crescente dos bretões recorrendo

novamente às armas. Os Icenos, antes aliados, rebelaram-se e precisaram ser contidos (Tac. Ann. XII. 31) pelo governador, que expandiu ainda mais sua zona de controle. As rebeliões de tribos que haviam anteriormente aceitado o domínio romano começaram a se tornar frequentes. Tácito menciona a obstinada resistência da casta dos druidas ao jugo romano (Tac. Ann. XIV. 29), fator relevante se pensarmos a peculiaridade de tal situação, já que tais demonstrações de oposição à presença romana, por parte de grupos religiosos, é algo raro no contexto geral da Antiguidade, salvo em certas regiões, como a Judéia. Também não podem ser desprezadas as reações dos bretões diante de abusos de poder por parte das autoridades romanas. Tácito assegura que os bretões impacientavam-se com as humilhações que recebiam dos romanos, principalmente por parte de libertos e centuriões inescrupulosos que cuidavam dos assuntos administrativos com cupidez (Tac. Agr. 15. 2-4)¹⁸. Tácito, ao nos relatar as queixas dos bretões acerca de sua desafortunada situação, associa o domínio romano (e por consequência todas as vicissitudes vinculadas a este), novamente, a uma *servitudo*, em concordância com a afirmação anterior de que reis eram

¹⁶ Nos tempos de Cláudio, podem ser citados a Armênia, Capadócia, Comagene, dentre outros pequenos Estados, principalmente em territórios orientais.

¹⁷ Após suceder Áulo Pláucio.

¹⁸ O discurso hostil contra libertos que ocupavam cargos públicos é recorrente em Tácito. Cf. Ann. XIV, 31.

usados para tal finalidade. Em reação a uma condição vista como deplorável, os bretões se uniram em torno da figura de Boudica, rainha dos Icenos, em nova rebelião, iniciada por volta do ano de 60 d.C., momento em que Roma já se encontrava sob regência de Nero.

O abuso de poder e o uso excessivo de violência por parte das autoridades romanas parecem ter sido a causa desta e de muitas outras rebeliões. Tácito trata de Boudica com mais detalhes nos *Annales*, dizendo-nos que seu marido, o rei Prasústago, outrora aliado dos romanos, instituiu uma herança para suas filhas e, também, para o imperador, esperando assim salvar sua família e o reino. Porém, a avidez dos centuriões levou ao saque de seu patrimônio, ao abuso das duas filhas e a outras injúrias do mesmo gênero (Tac. *Ann.* XIV. 31). Dio Cássio também faz um amplo relato das circunstâncias da rebelião de Boudica, afirmando que a rainha foi capaz de mobilizar mais de cento e vinte mil bretões para sua causa (Dio Cass. LXII. 2)¹⁹. Como resultado, as colônias romanas, incluindo *Colchester*, foram capturadas e incendiadas, pois, de acordo com Tácito, eram cidades vistas pelos bretões como os centros de origem de sua escravidão (Tac. *Agr.*

16). Tácito e Cássio convergem no argumento de que a rebelião de Boudica representou, de fato, a maior ameaça ao domínio romano na ilha desde o seu início, com sérias chances de os romanos a perderem definitivamente. A bem sucedida atuação do governador Suetônio Paulino (58-60 d.C.) para sufocar os rebelados é elogiada por Tácito (Tac. *Agr.* 16. 2), que com presteza foi capaz de reverter a situação em favor dos romanos, embora o trato de Paulino para com os bretões derrotados seja objeto de censura²⁰. Por fim, até o início da guerra civil do ano de 69 d.C., que resultou em um câmbio de poder em Roma²¹, a situação da *Britannia* permaneceu estável.

Após a resolução dos conflitos que conduziram Vespasiano ao Principado, em fins do ano de 69 d.C., a conquista de novos territórios na *Britannia* é retomada com a nomeação de Petílio Cerial (71 d.C.) para o

²⁰ Ou seja, sua falta de *clementia* no trato dos derrotados que haviam aceitado depor suas armas.

²¹ A guerra civil do ano de 69 d.C. foi causada pela crise sucessória que se abateu sobre Roma após o suicídio de Nero (68 d.C.) e a nomeação de Galba como imperador. Após breve reinado, Galba foi assassinado e Otão nomeado imperador pela Guarda Pretoriana. Este, por sua vez, acabou derrotado na Batalha de Bedriacum por Vitélio, um terceiro pretendente ao Império. Vitélio, porém, não conseguiu assegurar sua vitória, tendo sido derrotado por Vespasiano e executado logo em seguida.

¹⁹ Número provavelmente exagerado, mas que denuncia, mesmo assim, a adesão massiva dos bretões à liderança da rainha.

governo da ilha. Cerial²² realizou uma série de campanhas contra os Brigantes (cabe lembrar, nessa complexa teia de interações, que os Brigantes foram, anteriormente, aliados de Roma sob Cartimandua). Para submeter os Brigantes, Cerial utilizou duas estratégias, uma de ocupação definitiva, outra de incursões simples, que tinham por resultado instigar o temor nos inimigos (Tac. Agr. 17). A resistência de grupos locais bretões, por outro lado, continuou. Muitos deles acompanhavam com atenção as transições de governo ou as eventuais crises na administração romana que poderiam lhes ser úteis em uma contraofensiva (Tac. Agr. 18. 2).

Entre os anos de 77-78 d.C., Gneu Júlio Agrícola, sogro de Tácito, é nomeado governador para a *Britannia*. No plano geral da obra, esta é a que mais recebe atenção por parte do autor, que relata em detalhes as medidas de seu ilustre parente para pacificar a ilha. Em linhas gerais, a administração de Agrícola seguiu dois direcionamentos: a) estender ainda mais o controle direto romano sobre as regiões mais ao norte, empregando para isso força militar. As campanhas realizadas por ele (77-84 d.C.) alcançaram os territórios nortenhos mais longínquos da Caledônia; b)

reformular aspectos viciosos da administração romana, empregando novos métodos no trato com a população local, em contraposição às medidas exasperadoras que incentivavam ainda mais a mobilização anti-romana. Tais medidas foram de especial importância no sentido de tentar coibir novas rebeliões. Porém, nesse sentido, administração de Agrícola não tem início sem desafios: uma nova sublevação entre os Ordovices é suprimida pelo governador (Tac. Agr. 18. 2-3), que prontamente retoma a ofensivas militares contra tribos ainda hostis. Agrícola também reprime abusos e violências semelhantes às que conduziram, anteriormente, à rebelião de Boudica, moderando sua administração em uma política de apaziguamento de conflitos.

Merece destaque também o uso, por parte de Agrícola, de tropas auxiliares locais em combates, a exemplo da captura da ilha de Mona, realizada por infantes hábeis em natação e capazes de realizar uma travessia marítima sem o uso de embarcações (Tac. Agr. 18. 3-4). Nesse conjunto de relações, muitos bretões parecem ter percebido que a colaboração militar com os romanos poderia ser vantajosa de alguma maneira. Durante o primeiro século da Era Cristã, os soldados estrangeiros que integravam os corpos de auxiliares (*auxilia*) do exército romano serviam

²² Cerial fora anteriormente comandante da nona legião, que sofreu muitas baixas durante a rebelião de Boudica.

por vinte e cinco anos e, ao final de uma carreira, poderiam receber cidadania romana e distinções militares (GOLDSWORTHY, 2000). Ao que parece, tais possibilidades de integração ao mundo romano levaram muitos bretões a engajarem-se voluntariamente no exército, ou também, ainda na perspectiva de Goldsworthy, estarem obrigatoriamente mobilizados entre os contingentes de diversos reis clientes mantidos sob a esfera de Roma (*peregrini dediticii*). De todo modo, a adesão de bretões à causa romana (voluntária ou não) é claramente perceptível no discurso que Tácito elabora para Calgaco, chefe bretão na batalha de Monte Gráupio, ao mencionar a vergonha de haver bretões que apoiam o domínio romano, prestando assim auxílio à “tirania estrangeira” (Tac. Agr. 32).

Outro ponto relevante a ser mencionado é o fato de Tácito considerar que, gradualmente, os bretões aprenderam toda a sorte de vícios de seus conquistadores. Assim, Tácito reafirma sua insatisfação com a decadência moral romana²³, igualmente presente em outros textos de sua autoria. O texto, que possui inegavelmente finalidade moralizante²⁴,

apresenta as virtudes pessoais de Agrícola em contraposição aos vícios de seus subordinados ou conterrâneos²⁵. Nesse mesmo caminho, Tácito retoma a questão da *servitudo* dos bretões ao relatar uma importante medida de Agrícola: introduzir os filhos dos maiores chefes locais em uma educação baseada nas artes liberais romanas, incentivando-os ao latim e ao uso de vestimentas romanas²⁶. Aqui o texto de Tácito necessita de redobrada atenção. Birley (2005) aponta que tal passagem é de especial relevância para a literatura especializada que defende um conceito tradicional de romanização, pois dá a entender justamente a existência de uma imposição direta de aspectos culturais e sociais romanos aos bretões. Mas ela não deve, porém, ser interpretada fora do contexto maior da obra e não necessariamente representa uma regra geral na interação entre romanos e bretões, além de ser muito difícil mensurar a real extensão dessa política. Curiosamente, tal perspectiva é vista negativamente por Tácito, ao associá-la, novamente, à *servitudo*. Ao adotarem um modo de vida romano,

²³ Ponto também de grande destaque nos trabalhos de Tácito, já que em outras obras o mesmo argumento também é apresentado.

²⁴ Ou seja, tornar a *virtus* de Agrícola pública e exemplar a todos.

²⁵ Deve ser observada, na mesma medida, a contraposição entre o virtuoso Agrícola e o vicioso Domiciano, cujos crimes são ostensivamente denunciados do início ao fim da obra.

²⁶ Além de incentivar o desenvolvimento urbano das *civitates* através da construção de templos, mercados e outras benfeitorias.

Tácito considera que gradualmente o gosto por vícios romanos, os banhos e os banquetes, componentes essenciais da *civilitas* romana, promoveram, pois, a escravidão dos bretões (Tac. *Agr.* 21. 2). Tal perspectiva negativa de Tácito diante daquilo que percebe como vícios (a falta de *moderatio* de seus conterrâneos, a busca pelo luxo e prazeres em excesso) não é exclusiva do *Agrícola*. No *Germânia* é possível identificar o mesmo tipo de discurso moralizador (Tac. . *Germ.* 19. 2-4). Assim, a escravidão dos bretões está implícita com a absorção de costumes corrompidos que lentamente produziram a apatia (Tac. *Agr.* 11. 3). Não se trata de algo novo na literatura romana, já que César faz a mesma associação no *De Bello Gallico* em relação à ferocidade dos Belgas, por estarem afastados das comodidades que resultam na “efeminação do espírito” (Caes. *BGall.* I. 1). Por fim, no discurso de Calgaco, a *servitudo* é novamente elencada como destino certo em caso de fracasso em batalha, significando assim o término da *libertas* tão estimada pelos bretões (Tac. *Agr.* 32. 4).

Por fim, cabe analisar brevemente outros aspectos do famoso discurso de Calgaco, líder dos Caledônios, que antecedeu a batalha de Monte Gráupio. A luta entre as tropas de Agrícola e os caledônios confederados representa o clímax da

narrativa de Tácito, pois se trata da consagração maior de seu sogro. O próprio fato de Calgaco pronunciar um discurso não difere das técnicas retóricas (e dramáticas, de certo modo) das seguidas por outros historiadores antigos desde Heródoto e Tucídides. No decorrer de sua fala, o líder caledônio retoma a imperiosa necessidade dos bretões conservarem sua *libertas*, em oposição à *servitudo* trazida pelos romanos, oposição esta, porém, construída desde o início do texto. As denúncias de abusos e maus-tratos sofridos (em referência direta a Boudica) também são enumeradas, assim como a ganância dos romanos em tomar tudo o que não lhes pertence. Por fim, Calgaco enuncia as famosas palavras que, na perspectiva de Webster (1993), representam um duro ataque ao imperialismo romano²⁷: “fazem a desolação e chamam de paz” (Tac. *Agr.* 30. 4). Neste tom de denúncia, Calgaco lidera seus soldados, mas é vencido após disputado combate. Para concluir esta exposição, o sucesso de Agrícola selou sua carreira, ao retirar-se da vida pública até sua morte²⁸, em 93 d.C. Suas vitórias, porém, ajudaram a

²⁷ Ou seja, o imperialismo romano denunciado por um autor também romano.

²⁸ Tácito menciona a possibilidade de Agrícola ter sido envenenado por ordem de Domiciano, embora não dispusesse de provas que corroborassem tal ponto de vista. Cf. *Agr.* 43, 2-3.

consolidar definitivamente o território inglês como província romana²⁹.

Considerações finais

Na primeira parte deste trabalho, propomos uma releitura do conceito de romanização e a necessidade de redefini-lo de modo a ser mais amplo e receptível às inúmeras e complexas formas de interações entre romanos e bretões na perspectiva de um autor romano, Tácito, tomando por contexto o período claudiano até o advento de Júlio Agrícola, tema que foi desenvolvido na segunda parte do texto. O que chamamos de conquista da *Britannia* envolveu um longo e gradual processo de integração cultural que, em suas raízes, deu origem a uma província romana muito específica quando comparada a outras regiões do Império. Nesse terreno lacunoso, houve espaço para todos os tipos possíveis de reação de grupos locais que, de algum modo, tentaram conjugar seus interesses particulares com o do invasor recém-chegado. É o caso, pois, de Prasústago, marido da injuriada Boudica. Também pode ser o de Cartimandua, rainha dos Brigantes,

ao entregar o rei Carataco como prisioneiro aos romanos. A resistência druida também é um aspecto que não pode ser ignorado, já que se trata de uma particularidade tipicamente céltica. Enfim, são nuances que uma leitura atenta das fontes é capaz de revelar, a despeito de serem romanas e trazerem consigo um ponto de vista romano. O conceito tradicional de romanização, em um sentido de simples aculturação, como nos mostra Hingley, é incapaz de lidar com tamanha gama de reações políticas e culturais.

É claro que, ao tomarmos certas passagens do *Agrícola* sem o devido cuidado interpretativo, poderá ocorrer como resultado uma leitura estreita desse conjunto complexo de interações. Quando Tácito afirma que filhos de chefes locais são introduzidos por Agrícola em uma educação baseada nas *artes liberales* romanas, podemos tomar por princípio a existência de uma simples imposição cultural por parte do poder hegemônico do vencedor, no caso, os romanos. O aprendizado do latim e a adoção de um modo de vida romano não necessariamente levaram ao fim das identidades sociais e políticas locais. Tácito, acima de tudo, nos mostra que as formas de resistência a essa tendência não foram isoladas. A revolta de Boudica e a tenacidade dos druidas pôs em evidência o fato de muitos bretões não abrirem mão de sua

²⁹ O estabelecimento definitivo de uma fronteira estável entre território romano e bretão foi somente efetivada por Adriano, entre os anos de 122 e 128, com a construção do muro que se estendia de leste a oeste e que continha numerosas guarnições defensivas.

autonomia política ou cultural, tomada pelo autor romano, porém, como fraqueza natural de uma população dividida e descentralizada, incapaz de se unir contra um inimigo comum. Tácito, ainda assim, é obrigado a reconhecer o poder de união dos bretões em situações de extrema necessidade, não uma única vez, mas várias, de Boudica a Calgaco, líder de uma confederação formada por inúmeras tribos caledônias quando da batalha de Monte Gráupio. Em nosso ponto de vista, longe de se aculturarem, Tácito demonstra que uma identidade bretã é reforçada justamente em oposição aos romanos, mesmo que politicamente as divisões tribais fossem a regra.

Ao mesmo tempo, também nos parece acertado afirmar que Tácito, ao produzir uma etnografia dos bretões, mira seus concidadãos, vistos como corruptos e viciosos. A virtude de *Agrícola* e dos bretões que lutam por sua *libertas* (em oposição aos que aceitam a *servitudo*) seria, pois, uma forma exortação moral aos próprios romanos de seu tempo, de modo muito similar ao que ocorre em outras obras do autor, como o *Germânia*. Assim, o texto parece cumprir duas funções possíveis no interesse de Tácito, uma de *laudatio post-mortem* a um parente do visto como vítima do despotismo de Domiciano, outra de obra moral e etnográfica. As considerações políticas

acerca do *Vita Agricolae* ainda carecem de maior atenção da historiografia, já que a redação do texto se dá em um contexto de transição dinástica em Roma, durante os principados de Nerva e Trajano.

Dessa maneira, concluímos o presente trabalho considerando que todas as formas de relações políticas, culturais e sociais que surgiram na *Britannia* a partir da conquista romana constituem riqueza inestimável ao olhar do historiador em sua tarefa de compreender as fontes do passado romano-bretão, sejam elas escritas ou arqueológicas. No caso específico do *Agrícola*, Tácito nos oferece um quadro único e valioso do período inicial da conquista romana, momento em que instituições romanas e bretãs ainda convivem lado a lado. Além do mais, no referido período, as novas *civitates* regionais estão em pleno desenvolvimento, como muito bem nos atesta Tácito. Torna-se clara a perspectiva de que a *Britannia* não é apenas mais uma simples palco de conquista militar romana, mas um espaço privilegiado onde há muito a ser estudado. É, pois, campo de trabalho a ser renovado continuamente.

Referências Bibliográficas

EDWARDS, H. J. (1917). *Caesar: The Gallic War*. Tradução, introdução e notas. Londres, Loeb Classical Library.

- CARY, E. (1924). Dio Cassius: History. Vol. VII e VIII. Tradução, introdução e notas. Londres, Loeb Classical Library.
- REQUEIJO, J. M. (1981). Tacitus: Agrícola, Germânia e Diálogo sobre los oradores. Tradução, introdução e notas. Madri, Gredos.
- MORALEJO, J. L. (1979). Tácito: Anales. Vol. II. Tradução, introdução e notas. Madri, Gredos.
- BIRLEY, A. (2005). The Roman Government of Britain. Oxford: Oxford University Press.
- FRIGHETTO, R. (2012). Antiguidade tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa Época de Transformações. Curitiba: Juruá.
- GARRAFFONI, R. (2012). Exército romano na Bretanha: o caso de Vindolanda. In: CARVALHO, M; FUNARI, P. et al. História militar do mundo antigo: guerras e representações. Vol. II. São Paulo: Annablume, 2012.
- GOLDSWORTHY, A. (2000). Roman Warfare. Londres: Cassel.
- GOODMAN, M. (1997). The Roman World: 44B.C-AD180. Londres: Routledge.
- GUARINELLO, N. (2013). História Antiga. São Paulo: Contexto.
- HINGLEY, R. (2005). Globalizing Roman Culture. Nova York: Routledge.
- HINGLEY, R. (2010). O Imperialismo Romano. São Paulo: Annablume.
- MILLAR, F. (1973). El Imperio Romano e sus pueblos limítrofes. Madri: Siglo XXI.
- MILLETT, M. (1990). The Romanization of Britain: An essay in archaeological interpretation, Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBSTER, G. (1981). Rome against Caratacus. Nova York: Routledge.
- WEBSTER, G. (1993). The Roman Invasion of Britain. Nova York: Routledge.